

Revista do Sintec-ES

CENÁRIO TÉCNICO



IMPRESSO
ESPECIAL
Contrato Nº 9912198744
SINTEC-ES
CORREIOS

Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo

Ano 5 | nº 9 | outubro de 2010

Institucional

Nova Diretoria do Sintec-ES toma posse e reafirma compromisso de ampliar as conquistas da categoria dos Técnicos Industriais
pág. 5

Entrevista

O presidente do Crea-ES Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti elogia a contribuição dos Técnicos Industriais para o fortalecimento do Sistema Profissional
pág.12

Reportagem Especial - pág. 14

Mulheres Técnicas Industriais na luta por respeito e valorização



50
anos

CREA-ES

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

CURSOS E EVENTOS



Orientação

Capacitação

**Atualização
profissional**

www.creaes.org.br

cursoseeventos@creaes.org.br

(27) 3334-9903 / 3334-9925

Determinação, responsabilidade e muita vontade de trabalhar para avançarmos juntos em nossas conquistas. É com este espírito que a nova diretoria do Sintec-ES inicia a gestão 2010-2014.

Agradecemos todo o apoio da categoria e reafirmamos nosso compromisso de lutar pela valorização dos Técnicos Industriais, por salário e melhores condições de trabalho. Mas é preciso sempre lembrar que o “Sindicato Somos Nós” e por isso reforçamos o convite para você profissional participar ativamente do Sintec-ES. Somente com uma classe unida e aguerrida poderemos realizar nossos sonhos e fazer valer nossos direitos legítimos.

Para saber um pouco mais sobre a nova diretoria confira a matéria publicada na página cinco desta edição da *Cenário Técnico*. Este grupo conta com a dedicação de duas profissionais reconhecidas pela capacidade em lutar pelo fortalecimento do movimento sindical, são elas a Técnica em Edificações Dirlene de Paula Reis e a Técni-

ca em Eletrotécnica Aivete Taquette.

Destaco os nomes destas duas guerreiras pois este é o tema de nossa reportagem especial que aborda o universo feminino no ambiente industrial e aponta os principais desafios que as mulheres enfrentam no cotidiano tendo quase sempre que cumprir várias jornadas: no lar, no papel de mãe, na escola, na empresa entre outros espaços. Sem dúvida elas merecem todo o nosso respeito e reverência.

Boa leitura!



João Carlos de Souza
Técnico Industrial em Eletrônica
Presidente do Sintec-ES

Revista Cenário Técnico

Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo (Sintec-ES)

Av. N. Srª da Penha, 280, Ed. Praia Center, Sala 204, Praia de Santa Helena, Vitória-ES CEP: 29.055-050
Tel.: (27) 3325 0598 Telefax: (27) 3345 3005
sinteces@sinteces.org.br
www.sinteces.org.br

Presidente: João Carlos de Souza

Vice-Presidente: Bernardino José Gomes

Secretário Geral: Kepler Daniel Sérgio Eduardo

Secretário de Finanças: Heraldo Gonçalves Fogos

Secretária de Imprensa e Comunicação: Dirlene de Paula Reis

Secretário de Assuntos Jurídicos: João Bosco Pinheiro

Secretário de Formação Política, Estudos Socioeconômicos, Cultura e Lazer: Jose Roberto Baião Passamai

Secretário de Relações Institucionais: Telmo Lopes Sodré

Secretário de Aposentados: Hudson de Almeida Machado

Suplentes: Suplentes da Diretoria Administrativa: Domingos Sávio Giacomeli, Hideraldo Gomes, Adir Barbosa da Cruz, Jorge Ivan Effigen, Portugal Sampaio Salles, André Luiz Barbosa de Queiroz, Ângelo Renato Brambila

Conselho Fiscal: Paulo Pinheiro de Almeida, Dionísio José Souza de Carvalho, Marconi Mota do Monte

Suplentes: Ronio Linhares de Oliveira, José de Anchieta Scardua, Georgino Gonçalves

Conselho de Representantes: José Carlos Pigatti, Cláudio Max Amorim Moreira

Suplentes: Wesley Renato de Araújo, Geraldo Rúbia Pereira

Conselho de Delegados Regionais: Aivete Taquette, Marciel Correia de Aquino, Maurino Fidelis de Oliveira, Valmir Xavier Martins, Rogério Mascarenhas da Silva, Miguel Antônio Madeira da Silva Araújo

Suplentes: Fabio Luiz Gama Pimentel (Centro), Irineu Pedro Gujanwki (Norte), Gerson Eli Cruz (Nordeste), Marco Antônio Magalhães (Nordeste), Aluys Carlos Zon Junior (Sul), Aloísio Carnielli (Sudeste/Sudoeste)

Jornalista Responsável e Projeto Gráfico:

Márcio Scheppa (ES 02206/IP)

Reportagem: Luciana Silvestre, Lara Abib e Isabela Bessa.

Capa: Foto de Derkian Mendes



SINTEC-ES

4

Parecer Técnico
Cartas dos leitores

5

Institucional
Posse da Nova Diretoria do Sintec-ES

7

7º CNP - Delegação capixaba
contou com três Técnicos

8

Pró-veto
Divisão dos Royalties de Petróleo

10

Técnico e Artista
Os acordos de Pedro Silva Gonçalves

12

Entrevista
Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti

14

Especial
Mulheres Técnicas Industriais

22

Legislação
Lei Nº5.524 e Decreto Nº 90.922

Parecer Técnico

Contribua você também com sugestões, críticas e comentários. E-mails para sinteces@sinteces.org.br ou cartas para Av. Nossa Senhora da Penha, 280, Ed. Praia Center, Sala 204, Praia de Santa Helena, Vitória/ES CEP 29055 050



■ Valorização Profissional

Inicialmente parablenizo a Diretoria do Sintec-ES pela qualidade das matérias publicadas na Revista Cenário Técnico. Destaco a matéria "Descoberta do pré-sal amplia oportunidades profissionais

no Espírito Santo". Matérias assim valorizam nossas profissões. Cumprimento ainda a primeira Técnica Industrial a assumir a vice-presidência do Crea, no caso a Técnica em Edificações Rosimara Pimentel, sucesso nesta nova empreitada, temos a certeza que nos sentimos representados.

Lino Gilberto da Silva
Téc. em Edificações e Presidente da Associação dos Técnicos Industriais de Santa Catarina - ATESC

■ Um século de excelência

Ler a reportagem sobre os 100 anos do Ifes, publicada na Cenário Técnico (nº 7,

outubro de 2009), trouxe-me enorme alegria. Há 30 anos, faço parte desta Instituição, que acompanha e participa da História do nosso Estado e do Brasil. Costumamos dizer que nossa Escola é uma respeitável senhora de 100 anos com o melhor fôlego da juventude, pois acompanha os avanços tecnológicos para oferecer educação pública de qualidade. A reportagem aliou o rigor da pesquisa ao carinho pela Instituição. Merece destaque, também, a publicação do perfil do professor Maurício Rodrigues, que exemplifica bem nosso sentimento pelo Ifes.

Jadir José Pela - Diretor-Geral do Campus Vitória - Ifes

O conteúdo dos Informativos do Sintec-ES e de todas as edições da Revista Cenário Técnico ao alcance de um clique!

Esta é apenas uma das vantagens da nova página do Sintec-ES na internet. Acesse e confira!



WWW.SINTECES.ORG.BR



Edição Histórica: 18 anos e
duas décadas os técnicos
sindical pela vai
sustentável

Nova diretoria do Sintec-ES reafirma compromisso de continuar avanços

A nova diretoria do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Espírito Santo (Sintec-ES), eleita no último dia 30 de julho, assume a entidade com um grande desafio: dar continuidade aos avanços obtidos nos últimos anos.

O processo eleitoral que definiu o nome do Téc. Industrial em Eletrônica João Carlos de Souza para ser o presidente que irá conduzir os trabalhos

da entidade durante o quadriênio 2010/2014, elegeu também os novos membros da Diretoria Administrativa, Conselho Fiscal, Conselho de Representantes e Conselho de Delegados Regionais. Também foram criadas duas novas secretarias: Assuntos Institucionais e Aposentados.

A trajetória crescente de maturidade do sindicato foi impulsionada durante as duas gestões do Téc. Ind.

em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo (2004-2010), ocasião em que a entidade atingiu um estágio de pleno desenvolvimento nas relações institucionais e no trato com as questões trabalhistas, na luta pela valorização profissional, reconhecimento das atribuições dos técnicos industriais, além de oferecer ao público e aos associados da entidade uma estrutura de atendimento e prestação de serviço de alta qualidade.

Por essa razão, a responsabilidade da atual diretoria em seguir avançando nas conquistas é muito grande. E exemplos não faltam. Nas últimas gestões houve um trabalho árduo para organizar a entidade. A aquisição de uma estrutura física satisfatória; a implantação de um sistema de comunicação funcional e eficiente; e um setor jurídico bem estruturado e competente são provas de uma administração que se preocupou com a satisfação de seus associados.

Na área de Comunicação, o site www.sinteces.org.br tornou-se uma importante ferramenta de informação para os profissionais e a Revista Cenário Técnico, lançada em agosto de 2006 com o objetivo de ser mais um meio de comunicação do sindicato, tornou-se publicação modelo para entidades estaduais e até mesmo nacionais.

Nos trabalhos realizados até agora, a entidade não mediu esforços para lutar por questões que



beneficiassem os técnicos industriais, como estar presente nas discussões junto às empresas, nos dissídios coletivos, prestando serviços jurídicos aos associados, cobrando com base no diálogo e em argumentos bem fundamentados o cumprimento no pagamento do piso salarial profissional dentre muitas outras ações. Além

disso, gerou inúmeros benefícios para os associados do Sindicato, como a realização de parcerias com instituições de ensino, planos médicos e de saúde.

Nos últimos anos a participação dos técnicos industriais do Espírito Santo nos fóruns de discussão e de debates estaduais e nacionais

que envolvem assuntos da área tecnológica foi destaque. Além de atuar na diretoria, plenário, câmaras, comissões e grupos de trabalho do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), a categoria também esteve presente na Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES e conquistou espaço no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). E mais: pela primeira vez na história do Crea-ES um técnico de nível médio assumiu a presidência do Conselho, tendo o Sintec-ES como principal agente articulador desse processo. A participação efetiva desses profissionais nesses espaços reafirmou a importância e a credibilidade dos técnicos industriais, em nível nacional e estadual, na construção e na condução das atividades relacionadas à área tecnológica.

Esses e outros avanços obtidos até o momento transformaram definitivamente o Sintec-ES numa entidade politizada, aberta ao diálogo e participante ativa nos fóruns de discussões municipais e estadual. Mais experiente e determinado, o Sintec-ES se abriu para a sociedade e investiu em parcerias para promover ações de educação, capacitação, inovação tecnológica e de conscientização da importância de seus profissionais no atual momento econômico do Espírito Santo.

Para o ex-presidente Téc. Ind. em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo, esse é o desafio da nova diretoria. “Os novos diretores têm tudo para fazer um bom trabalho. Estão recebendo um sindicato saneado financeiramente, com inúmeras conquistas já alcançadas - inclusive em processos judiciais em benefício dos técnicos -, com avanços nas negociações com as empresas e com a categoria ocupando posições estratégicas dentro do Sistema Confea/Crea. Fizemos tudo com responsabilidade para que a próxima gestão possa dar continuidade



Confira a composição da nova diretoria do Sintec-ES

Presidente: João Carlos de Souza

Vice-Presidente: Bernardino José Gomes

Secretário Geral: Kepler Daniel Sérgio Eduardo

Secretário de Finanças: Heraldo Gonçalves Fogos

Secretária de Imprensa e Comunicação: Dirlene de Paula Reis

Secretário de Assuntos Jurídicos: João Bosco Pinheiro

Secretário de Formação Política, Estudos Socioeconômicos, Cultura e Lazer: Jose Roberto Baião Passamai

Secretário de Relações Institucionais: Telmo Lopes Sodré

Secretário de Aposentados: Hudson de Almeida Machado

Suplentes: Suplentes da Diretoria Administrativa: Domingos Sávio Giacomeli, Hideraldo Gomes, Adir Barbosa da Cruz, Jorge Ivan Effigen, Portugal Sampaio Salles, André Luiz Barbosa de Queiroz, Ângelo Renato Brambila

Conselho Fiscal: Paulo Pinheiro de Almeida, Dionísio José Souza de Carvalho, Marconi Mota do Monte

Suplentes: Ronio Linhares de Oliveira, José de Anchieta Scardua, Georgino Gonçalves

Conselho de Representantes: José Carlos Pigatti, Cláudio Max Amorim Moreira
Suplentes: Wesley Renato de Araújo, Geraldo Rúbia Pereira

Conselho de Delegados Regionais: Aivete Taquette, Marciel Correia de Aquino, Maurino Fidelis de Oliveira, Valmir Xavier Martins, Rogério Mascarenhas da Silva, Miguel Antônio Madeira da Silva Araújo

Suplentes: Fabio Luiz Gama Pimentel (Centro), Irineu Pedro Gujanwki (Norte), Gerson Eli Cruz (Nordeste), Marco Antônio Magalhães (Noroeste), Aluyr Carlos Zon Junior (Sul), Aloísio Carnielli (Sudeste/Sudoeste)

ao trabalho tranquilamente”. Como ainda faz parte da Diretoria Administrativa, Kepler Daniel diz que está disponível para colaborar com a nova gestão para que os avanços e as conquistas tenham prosseguimento.

O presidente eleito para o quadriênio 2010-2014, Téc. em Eletrônica João Carlos de Souza, diz sobre suas metas de trabalho que pretende atuar em dois segmentos: dentro e fora da categoria.

“No primeiro caso, vou procurar fazer sempre as ações de forma coletiva, trabalhar na intensificação da filiação dos técnicos e colocar em prática o planejamento do sindicato, que será discutido em novembro. O segundo ponto já é um trabalho mais amplo, que envolverá as entidades organizadas, focando nas questões sociais”.

Ele também planeja trabalhar no sentido de valorizar a profissão dos técnicos industriais. “Nos países ditos mais evoluídos, os técnicos são em média 80% da força de trabalho e, aqui no Brasil, essa exigência do terceiro grau ainda cria obstáculos para os nossos profissionais”. Ainda faz parte das metas do novo presidente iniciar junto as entidades de ensino público e particulares, a organização para o próximo ano de um congresso que irá discutir propostas para o ensino secundário e técnico, cujo documento final deverá ser encaminhado para as casas do congresso.

Sobre os principais desafios à frente do Sintec-ES nos próximos quatro anos, João Carlos diz que pretende conscientizar os trabalhadores técnicos que eles são importantes no processo produtivo, e que devem exigir melhores salários, condições de trabalho e de vida. “O técnico é diferenciado, pelo próprio estudo que teve é exigente, curioso, gosta de ler e tem senso crítico. Eu gosto de gente assim, pois o mesmo sabe cobrar. Por isso teremos que estar sempre prontos para trabalhar mais, estar sempre mais organizados”, finalizou.

Técnicos participam do 7º CNP em Cuiabá

O Téc. em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo, o Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles e o Téc. em Agrimensura Aloísio Carnielli participaram da delegação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) que foi a Cuiabá (MT), nos dias 26 a 28 de agosto, participar da primeira etapa do 7º CNP – Congresso Nacional de Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Os técnicos industriais foram eleitos durante o 7º Congresso Estadual de Profissionais (7º CEP-ES), realizado pelo Crea-ES, nos dias 11 e 12 de junho, em Vitória-ES, com a participação de quase trezentos profissionais e a presença de dirigentes, lideranças políticas, empresariais, sindicais, de entidades de classe e de instituições de ensino.

Na ocasião foram eleitos nove delegados ao 7º CNP, sendo três com mandato no Sistema Confea/Crea, entre eles o Téc. Portugal Sampaio Salles; e seis sem mandato, incluindo nesta categoria o Téc. Aloísio Carnielli. A delegação do Espírito Santo contou também com dois delegados institucionais (presidente do Crea-ES e a coordenadora do 7º CEP-ES) e dois delegados convidados, indicados pelo Plenário do Crea-ES, por sugestão das Entidades de Classe e Instituições de Ensino. Nesta modalidade, um dos convidados foi o Téc. Kepler Daniel.

A Comissão Organizadora do 7º CEP-ES foi coordenada pela Engª Agrônoma Magda C. Pavesi Felner e pelo coordenador adjunto Técnico em

Agrimensura Aloísio Carnielli. Contou com a colaboração dos membros Técnica em Edificações Rosimara Pimentel, Técnico em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles, Eng. Civil João Carlos Meneses, Eng. Mec. Sebastião da Silveira Carlos Neto.

Durante o transcorrer do 7º CEP-ES foram apresentadas e aprovadas 24 proposições, atreladas a cinco eixos referenciais: Formação Profissional; Exercício Profissional; Organização profissional; Integração profissional; Inserção internacional.

Essas propostas foram levadas pela Delegação do Crea-ES à primeira etapa do 7º CNP. O evento, tradicionalmente organizado de três em três anos, com apoio dos Creas e das Entidades Nacionais, tem como tema central “Construindo uma Agenda para o Sistema Profissional: Desafios, Oportunidades e Visão de Futuro”.

O objetivo do 7º CNP é discutir e propor políticas, estratégias e programas de atuação, visando à participação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea e Mútua no desenvolvimento nacional, propiciando maior integração com a sociedade e entidades governamentais.

Foram realizados nesta primeira fase 27 Congressos Estaduais, nos quais foram geradas 557 propostas, que foram sistematizadas e resumidas em 55. Das 55 propostas nacionais sistematizadas, 21 foram aprovadas, 6 rejeitadas e 28 serão rediscutidas na 2ª etapa do 7º CNP, programada para os dias 17 a 19 do próximo mês de novembro, em Brasília-DF.

Sintec-ES integra comitê em defesa dos royalties do Espírito Santo

Por Isabela Bessa

Com perdas inicialmente estimadas em R\$ 500 milhões nos repasses de royalties do petróleo, o Espírito Santo segue para o final de 2010 com a expectativa da aprovação pela Câmara dos Deputados das emendas Ibsen-Simon. Restando poucos meses para o encerramento de seu mandato, há também a promessa de veto pelo presidente Lula das alterações no projeto que regulamenta a exploração da camada pré-sal que podem por em risco o equilíbrio dos caixas dos estados produtores. Caso prospere o texto das emendas, o Rio de Janeiro poderá contabilizar queda de R\$ 7 bilhões em sua economia apenas no primeiro ano.

Numa mobilização capitaneada pela Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Espírito Santo (Sintec-ES) apoiou o manifesto

contrário à redistribuição igualitária dos royalties entre a União, os estados e os municípios, por considerá-la inconstitucional. Lideranças políticas, sindicais, religiosas e movimentos sociais também compõem o Comitê Pró-Veto. O documento foi entregue ao presidente Lula no último dia 15 de julho, em visita ao estado na qual participou de solenidade da Petrobras que marcou início da produção contínua da camada pré-sal no país.

“A aprovação das emendas que dividem os royalties em partes iguais para todos os estados afetará diretamente o Espírito Santo, causando graves prejuízos. Precisamos ter uma compensação maior pelos impactos da exploração do petróleo feita aqui. Estamos preparados para discutir, apoiar e nos mobilizarmos contra essas emendas”, destacou Kepler Daniel, secretário geral do Sintec-ES, ao acrescentar que a entidade está

empenhada nas reuniões e encontros promovidos em torno do tema.

Movimentação política

Além de contar com a mobilização das entidades civis, a bancada capixaba no Congresso trabalhou na tentativa de impedir perdas significativas para os estados produtores de petróleo. Até o momento, a aprovação das emendas pela maioria da Câmara e do Senado contraria a orientação do governo federal, autor do projeto de lei.

O deputado federal Lelo Coimbra classificou de graves as modificações aprovadas e, em favor do veto presidencial, frisou a costura de um acordo para a partilha de parte do bolo em virtude das pressões e reivindicações dos demais estados não-produtores. “Nós admitimos a divisão dos royalties com o conjunto



Foto: Petrobras

dos estados que não têm petróleo, mas preservando um diferencial por produzirmos e sofrermos com essas consequências. Abrimos mão dos anéis para não perdermos os dedos”, comparou o parlamentar.

Para o deputado, o apoio da OAB e das demais entidades do Comitê Pró-Veto é importante na formação da opinião e conscientização da sociedade civil. Numa eventual derrota política para os estados produtores, a participação desse grupo será fundamental na “batalha judicial” que terá início, conforme sublinhou Lelo Coimbra. “Podemos ter um valor substantivo e a capacidade de investimento futuro com base nos royalties comprometidos. Entretanto, essas quantias divididas não resolvem as necessidades dos outros estados e prejudicam demais as nossas”, ponderou.

Inconstitucionalidades

O presidente da Comissão Especial de Análise do Marco Regulatório do Pré-Sal da OAB-ES, Luiz Cláudio Allemand, afirmou que o Espírito Santo está preparado para combater as inconstitucionalidades do projeto de redistribuição dos royalties do pré-sal, caso seja necessário acionar a Justiça para garantir a manutenção dos repasses.

“Nós realizamos um amplo estudo e enfrentamos todas as questões jurídicas. Um relatório já foi apresentado à Procuradoria-Geral do Estado com nossas alegações sobre a inconstitucionalidade do projeto e nos colocamos à disposição para buscarmos soluções em conjunto”, disse o advogado.

Allemand explicou que, com as emendas, o projeto interfere principalmente nos contratos vigentes de áreas já licitadas, mudando a “regra do jogo no meio do campeonato”, conforme comparou. Quase 30% dos blocos do pré-sal já foram licitados pelo regime de concessão.

Entenda a disputa pelos royalties do petróleo

O que são royalties?

Os royalties do petróleo são uma compensação financeira paga ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. Os pagamentos são feitos mensalmente para a Secretaria do Tesouro Nacional, com base em cálculos da Agência Nacional do Petróleo. Há ainda a participação especial, percentual calculado trimestralmente sobre áreas muito rentáveis.

Como começou a discussão?

Em 2007, a Petrobras anunciou a descoberta de grandes volumes de petróleo e gás na camada pré-sal, no mar, a grandes profundidades, em área que vai do Espírito Santo a Santa Catarina. Houve a paralisação das licitações dos blocos de exploração para a definição das regras que regulamentam essas atividades.

O que o governo propôs para o pré-sal?

O objetivo do governo federal era alterar o modelo de divisão dos royalties para que outros estados e municípios pudessem receber uma parcela maior da riqueza, mantendo, porém, um percentual maior para os produtores. A fração da União cairia de 40% para 20%. Os estados produtores passariam a receber 26,25% dos royalties, ao invés dos atuais 22,5%. Os municípios produtores e os afetados por

operações de embarque e desembarque do óleo sairiam dos 22,5% e 7,5% para 18% e 5%, respectivamente. No lugar dos 7,5% destinados à distribuição entre estados e municípios, os estados não-produtores garantiriam 22% e outros 8,75% para a divisão dos municípios não-produtores.

Emenda Ibsen

Proposta pelo deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a emenda aprovada na Câmara concede à União 40% dos royalties e 50% da participação especial. O restante do dinheiro seria dividido entre estados e municípios pelas regras dos fundos de participação de forma igualitária entre estados e municípios produtores ou não.

Emenda Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manteve a divisão da emenda Ibsen e acrescentou que caberá à União compensar as perdas de estados e municípios. A emenda também foi aprovada por maioria no Senado.

Tramitação

A proposta aguarda a votação pela Câmara dos Deputados. Caso seja aprovada, seguirá para sanção ou veto do presidente Lula. Se for vetada, a proposta retornará ao Congresso, que poderá manter ou derrubar o veto.

[Fonte: Senado e G1]



Para relaxar

Entre um acorde e outro, a superação de desafios

Por Márcio Scheppa

Na década de 1960, em Cariacica, a vitrola da casa do senhor Atílio e da dona Alzira tocava discos de artistas como Altemar Dutra, Miltinho, Elza Soares, Emilinha Borba, Roberto Carlos, Ataulfo Alves entre outras pérolas do cancionero nacional, além de bandas e artistas internacionais consagrados como The Beatles.

Entre os filhos do casal, um dos que mais prestava atenção naquelas melodias era Pedro Silva Gonçalves, o *Galeto*, à época com menos de 10 anos de idade.

Hoje, aos 56, Pedro mantém uma

ligação forte com a música e está no comando de guitarras e teclados em uma banda de baile que anima festas na Grande Vitória ou onde quer que sejam convidados a se apresentar.

A atividade artística de Pedro é conciliada com a de Técnico em Eletrônica quando ele é chamado como autônomo para realizar serviços de instalação e manutenção de PABX, circuito interno de TV, câmera de segurança, portão eletrônico, cerca elétrica e equipamentos de informática.

“Antes mesmo dos 13 anos, ainda

criança, ajudava meu pai, hoje já falecido, na manutenção de eletrodomésticos em sua oficina. Autodidata, meu pai trabalhou mais de 40 anos na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Herdei dele o gosto pela profissão e foi ele quem me incentivou e bancou com muitas dificuldades financeiras meus três anos de estudos na Escola Técnica de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais”, relembra com orgulho o técnico artista.

Pedro concluiu o curso Técnico em Eletrônica, com ênfase em Telecomunicações no ano de 1976 e logo

voltou ao Espírito Santo contratado pela mesma empresa em que o pai trabalhava, a CVRD, hoje Vale. Lá atuou durante duas décadas e meia, sendo boa parte à frente da gerência técnica de telefonia e transmissão de dados, até ser desligado da empresa em 2001. “Por causa da privatização muitos trabalhadores foram demitidos da empresa. Foi um tempo difícil que coincidiu com a perda da minha mãe e o término do meu primeiro casamento. Depois dessa fase resolvi montar uma pequena empresa de manutenção em equipamentos de informática e ao mesmo tempo uma loja de artigos infantis e presentes que funcionaram um período até eu me decidir a atuar no mercado como autônomo”, explica.

Compositor

Se já sabemos de onde veio o incentivo para Pedro seguir a área técnica falta descobrir de quem é a responsabilidade por sua veia artística.

“A paixão pela música vem da minha mãe. Ela gostava muito de cantar dentro de casa e acompanhar as músicas que eram reproduzidas no rádio ou na vitrola que tínhamos. Desfilas em escolas de samba durante o carnaval era outra atividade que ela adorava. Acho que vem daí o fato de eu ouvir e apreciar uma variedade grande de estilos e gêneros musicais. Em minha casa tenho músicas de artistas que vão do axé ao heavy metal, passando pelo samba, MPB, forró e até funk carioca”, diverte-se Galeto.

Sem nunca ter feito aula de música, Pedro é autor de letra, melodia e arranjo de aproximadamente 300 canções inéditas como a de “Cavalheiros... Apocalipse Não!” um rock cuja letra está reproduzida no final desta matéria e integrou a Antologia Poética das Cidades Brasileiras, de 1986, publicada pela Shogun Editora Arte Ltda. O artista sonha e planeja

viver de música num futuro próximo, como faz um de seus sete irmãos, o músico profissional Henrique Manoel que já integrou bandas de artistas famosos da MPB e também se apresentou em países da Europa.

“A vida de músico não é fácil e por enquanto ainda tenho que conciliar as duas profissões. Para ajudar no orçamento eu adquiri alguns instrumentos musicais e equipamentos que podem ser alugados para festas onde também faço o papel do DJ”, conta.

Multimídia

O gosto pela arte vai mais longe. Mesmo que de forma não profissional, Galeto já escreveu peça de teatro, produziu videoclipe e se diverte com sua máquina fotográfica. “Sempre me interessei por estas formas de arte. É bom para contrapor com a carreira de Técnico em Eletrônica que requer um nível de concentração muitas vezes estressante. Foi pensando nisso, inclusive, que em meados da década de 1980, quando eu ainda era trabalhador da Vale ajudei a criar um projeto e um espaço para a cultura dentro da empresa. A minha Superintendência era a de Estrada (SUEST) e então colocamos em prática o SUESTeatro e Som”, relembra.

Galeto conta que a iniciativa cultural dentro da mineradora deu certo e virou referência na época. “O projeto chegou a receber investimentos da ordem de 25 mil dólares para a compra de equipamentos e instrumentos musicais”, conclui.

Contato

Para entrar em contato com o Músico e Técnico em Eletrônica Pedro Silva Gonçalves, o Galeto, ligue para (27) 9979-2137 ou pelo e-mail pgaeto@yahoo.com.br

A banda de baile da qual Pedro é guitarrista e tecladista é formada ainda por Lafaiete (voz e guitarra), Eustáquio (voz) e Tiãozinho (teclados).

Poesia

Uma das letras compostas por Galeto foi classificada no V Concurso Raimundo Correia de Poesias promovido pela Shogun Editora Arte para o livro Poetas Brasileiros de Hoje, edição de 1986. Confira:

CAVALHEIROS...APOCALIPSE NÃO!

*Corra, estão te procurando!
Corra, estão te espreitando!
São os seres do reino do absurdo
Eles querem a resposta do
abismo total
Os demônios estão acordando
Na figura de um grande político
Que vai gerar a destruição dos homens
Torná-los adeptos do mal
Cavalheiros... Apocalipse não!
Corra, estão te encurralando!
Corra, estão te dominando!
Quatro bestas dos sete mistérios
São os selos reservados pro juízo final
Infiltrados observando
A maneira de tecer
O que nunca vai acabar
A eterna luta entre o bem e o mal
Cavalheiros... Apocalipse não!
-Virando os quatro ventos -
-Semeando discórdia -
-Fabricando guerra -
-Armando o fim do mundo -
Não, não corra!
Não corra não...
Nós vamos lutar, nós vamos vencer
Me dê sua mão!
Cavalheiros... Apocalipse não!
São vocês... eis, seis, seis...
Apocalipse não!
São vocês... eis, seis, seis (666)
Todos vocês...eis, seis, seis (666)*



Entrevista

Luis Fiorotti

Eng. Civil e Seg. do Trabalho

Presidente do Crea-ES

Parceiro do Sintec-ES desde que assumiu a presidência da instituição em 2006, o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti conta com o apoio do Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (Sintec-ES) na indicação de representantes para ocupar posições em todas as instâncias de decisões do Conselho.

Nesta entrevista, o presidente fala sobre a relação das duas instituições, mercado de trabalho, oportunidades de desenvolvimento e crescimento para profissionais e empresas do setor e sobre a possibilidade de atrair com novos convênios e parcerias mais de 5 mil novos técnicos para dentro do Conselho. Acompanhe.

Cenário Técnico - Qual a avaliação que o senhor faz da participação e atuação dos técnicos industriais no Crea-ES durante seus dois mandatos à frente da instituição?

Luis Fiorotti - Minha avaliação é a melhor possível. O Sintec é um grande parceiro. Durante os cinco anos que eu estou à frente do Crea, o Sintec, pela sua representação política-institucional, conseguiu indicar um profissional do seu quadro de associados para ocupar a vice-presidência do nosso Conselho, que é o maior conselho profissional do estado

do Espírito Santo. Numa primeira oportunidade, em dois mandatos, foi indicado o nosso amigo Aloísio Carnielli; e, nos dois anos seguintes, o nosso amigo Ronaldo Cruz; ambos diretores do Ifes. O primeiro, de Venda Nova do Imigrante; e o segundo, de Guarapari. E, agora, por fim, dentro da mesma parceria, o Sintec indicou com sucesso a técnica em edificações Rosimara Pimentel. Portanto, é uma parceria já solidificada e por certo irá perdurar até o final do meu mandato.

Que contribuições esses profissionais puderam dar a sua gestão nesse período?

Muitas. Principalmente o conhecimento técnico-científico e operacional. Mas, sobretudo, a participação política, fazendo com que o nosso Crea fosse conhecido perante os técnicos industriais do estado do Espírito Santo, tanto dentro das instituições de ensino e nas empresas que empregam esses profissionais como também para os técnicos que exercem suas atividades como profissional liberal.

Que parcerias realizadas entre o Crea-ES e o Sintec-ES o senhor destacaria nesse período?

Podemos citar algumas como o fortalecimento da categoria dos técnicos industriais, o apoio na produção da Revista Cenário Técnico e a participação do Crea nos eventos do Sintec, como o Seminário dos Técnicos (Setec) e a Semana da Ciência e Tecnologia, que são realizados anualmente. Ou seja, com os técnicos industriais a nossa participação tem sido cada vez mais gratificante.

Existe possibilidade das duas instituições estabelecerem novas parcerias até o final do seu mandato? Em que áreas de atuação?

Com certeza. Sempre na área da política institucional. Uma ação que ainda deixa a desejar é a regularização dos técnicos industriais do estado do Espírito Santo no Crea,

sejam profissionais liberais, sejam empregados de grandes empresas. Eles são regulares, muitas vezes, com o Sindicato dos Técnicos, mas não são regulares com o Crea. Portanto, o esforço conjunto do Sintec e do Crea possibilitará capitalizar mais técnicos para dentro do Sistema Confea/Crea. Se hoje os técnicos industriais representam um terço do número total de registrados ou com visto no Crea do Espírito Santo, por certo com essa nova parceria, com esse esforço coletivo, esse percentual irá crescer cada vez mais. Também vale reafirmar o esforço conjunto do Conselho e do Sindicato junto às instituições de ensino privadas, federais e da rede estadual de ensino. Nós já demos um salto de qualidade através de um convênio assinado com o Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Educação onde temos a expectativa de colocarmos para dentro do Crea cerca de 5 mil novos técnicos. Portanto, essa ação fortalece o Crea e o Sintec. Além disso, ao se regularizarem perante ao Conselho, esses profissionais receberão aquilo que dá mais honra ao técnico industrial que é a carteira profissional do Crea.

O senhor poderia fazer uma avaliação de como está o mercado de trabalho para os técnicos industriais no Espírito Santo?

O mercado de trabalho esta cada vez mais latente. Precisamos de técnicos industriais para atender a demanda das indústrias capixabas nos seus diversos segmentos. Com o advento da indústria do petróleo houve um grande aquecimento da indústria capixaba. Aquecendo inclusive outras cadeias produtivas e não somente a do Petróleo. Houve aquecimento na área da construção civil, na área do setor metalmeccânico, na área da engenharia e da arquitetura consultiva, do mármore e do granito. Nós podemos observar que em todos os segmentos estruturantes da economia capixaba - especialmente os voltados para o desenvolvimento regional - houve um grande aquecimento. Por-

tanto, o nosso mercado esta cada vez mais promissor para os técnicos. Volto a afirmar: assinamos um importante convênio com a Sedu, Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de regularizar as instituições que formam técnicos de nível médio. Estamos cadastrando no Crea as escolas e os cursos técnicos da rede estadual de ensino. Isso significa que estamos colocando no mercado de trabalho, disponível para as micro, pequenas, médias e grandes empresas técnicos capacitados voltados para o desenvolvimento econômico do nosso estado.

Na sua opinião, onde se encontram no estado as maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimentos para profissionais da área tecnológica e empresas do setor?

Na minha opinião estão nas micro e pequenas empresas. O fortalecimento das micro e pequenas empresas aquece o mercado para os técnicos industriais e outros profissionais que trabalham em diversos outros segmentos da economia capixaba. As micro e pequenas empresas terão importante destaque inclusive no novo Governo do Estado que tomará posse a partir de janeiro de 2011. Parcerias já anunciadas - principalmente entre o novo Governo e o Sindicato das Micro e Pequenas Empresas, cujo presidente é um técnico de nível médio, prometem abrir um mercado de trabalho importante que irá valorizar os técnicos. É com esse espírito otimista que eu convoco os técnicos industriais do Espírito Santo a fazer uma corrente cada vez mais forte em prol da abertura cada vez maior do mercado de trabalho e de fortalecimento de sua categoria de forma organizada através do Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo. E para isso o Crea é parceiro do Sintec, é parceiro da Cooperativa dos Técnicos e é parceiro das instituições de ensino que formam técnicos de nível médio para atuar cada vez mais firme no mercado de trabalho que já há muitos anos cresce acima da média nacional em nosso estado.

Preconceito ainda é realidade no cotidiano das mulheres técnicas industriais

Por Luciana Silvestre e Lara Abib

A pesar de muitas pessoas afirmarem que a mulher já se encontra em par de igualdade com os homens em nossa sociedade, justificando esta posição através da inserção das mesmas no mercado de trabalho e das conquistas políticas instituídas no plano do direito, a igualdade entre os sexos ainda precisa ser efetivamente conquistada. Entretanto, não há como negar que a condição da mulher brasileira experimentou diversas transformações.

Se antigamente, o papel prioritário da mulher era o de ser mãe e reprodutora, hoje ela adentra e ganha mais visibilidade no espaço público enquanto trabalhadora assalariada. Entretanto, estes dois papéis não são de maneira nenhuma excludentes, mas esperadamente complementares.

Mulher moderna é aquela que dá conta de suas múltiplas tarefas. Dos estudos, do trabalho assalariado e

o de casa, do marido, dos filhos, do lazer e do que mais aparecer. Quando uma dessas atividades se coloca como entrave para a realização das outras, de modo que coloque em risco a execução de todas ao mesmo tempo, a mulher é taxada de incompetente ou incapaz, alvo fácil do velho discurso da inferioridade feminina.

Dessa forma, é esperado da mulher que seja competitiva, que estude, que se dedique à sua carreira, visando ocupar cargos de chefias nos espaços de trabalho. Ao mesmo tempo, quando esta escolhe não ter filhos, muitas vezes é taxada de fria, muito preocupada com a carreira e insensível aos prazeres de ser mãe. Quando assume o malabarismo entre as tarefas, enfrenta problemas advindos da sobrecarga de atividades que ainda não é compartilhada de forma significativa com os homens.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2006, do IBGE, juntando as horas

gastas com o trabalho formal e o dentro de casa, as mulheres chegam a trabalhar mais de 58 horas por semana. Em uma semana, os homens que cumprem uma jornada de trabalho de 40 horas dedicam apenas 5 horas às tarefas domésticas. Já as mulheres, que trabalham a mesma quantidade, dedicam 18 horas. Isso significa que, mesmo cumprindo o mesmo número de horas no emprego formal, as mulheres trabalham quase o quádruplo de horas a mais do que os homens nas tarefas domésticas.

Maria de Fátima Nascimento Macedo é uma das profissionais capixabas que enfrentam o desafio de atuar na área técnica industrial (confira na pág. 17)



Técnicas industriais ampliam participação no mercado de trabalho

De acordo com a diretora de Imprensa e Comunicação do Sintec-ES, Dirlene de Paula Reis, atualmente, ainda há preconceito e diferenciação em relação ao trabalho das mulheres técnicas industriais. “Nosso ambiente de trabalho é majoritariamente masculino e ainda sofremos discriminação. Isso fica mais explícito na hora da contratação nas empresas, pois muitas deixam de contratar mulheres devido ao período de licença maternidade a que temos direito”, explicou Dirlene. Ela também disse que essa diferenciação leva as mulheres a realizar um trabalho de

muita qualidade, mais minucioso e detalhado, pois precisam provar que são tão capazes quanto os homens na execução das funções.

A dúvida sobre a capacidade do trabalho feminino no setor técnico industrial também ocorreu no início da carreira de Diara Perini Donadias, 23 anos, atualmente técnica da JDJ Projetos. “No início, enfrentei preconceitos, pois os homens diziam que era uma área de risco e eu poderia não dar conta. Mas com o tempo, fui provando pelo meu desempenho que fazia bem a função e ganhei espaço”, relatou Diara. Ela disse que no seu ambiente

de trabalho há bastante respeito com as mulheres e o bom desempenho é determinante para isso.

Homens são maioria em cargos de chefia. Em 24 anos de trabalho como analista de projetos elétricos da Escelsa, Marlene Merizio afirmou que nunca sofreu discriminação por colegas de trabalho e que os chefes sempre a trataram de igual para igual. “Embora eu atue numa área particularmente masculina, nunca senti dificuldades por ser mulher, afinal não há motivos concretos no cotidiano do trabalho para que mulheres e homens sejam tratados de

CREA-ES



A representação dos Técnicos Industriais no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) ficou ainda mais forte com a Técnica em Edificações Rosimara Pimentel na vice-presidência.

Formada em 1992 pela antiga Escola Técnica Federal do Espírito Santo, a Téc. em Edificações Rosimara Pimentel já atuou na área de construção civil e em empresas de consultoria e projetos.

Seu primeiro mandato de conselheira do Crea-ES teve início em 2008, indicada pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo (Sintec-ES). No mesmo ano, foi membro da Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-ES, sendo reconduzida em 2009 para a mesma função.

Em 26 de janeiro deste ano, durante a primeira Reunião Plenária de 2010, a profissional foi eleita vice-presidente do Crea-ES, tornando-se a primeira técnica de nível médio a assumir a função. “A capacidade das mulheres ainda é questionada em muitos setores, como se tivéssemos que provar a todo o momento a nossa competência. Mas acredito na ética, na capacidade de aceitar desafios e na abertura para o diálogo das mulheres. Essas características são importantes para qualquer pessoa que deseja ingressar em nosso sistema profissional”, defende a vice-presidente.

Questionada sobre os desafios que se impõem, a Técnica em Edificações Rosimara disse estar confiante. “O Crea-ES está aberto à participação das mulheres e a entidade de classe da qual faço parte, o Sintec-ES, também. As mulheres profissionais que compõem o Plenário do Crea-ES têm muito a contribuir e com a união de todos vamos superar todo e qualquer desafio”, conclui.

forma desigual. Como somos minoria, os colegas tem um carinho especial pela gente”, relatou Marlene. No entanto, ela lembrou que, ao longo desse tempo de serviço, nunca uma mulher assumiu um cargo de chefia. “Mais de 90% de quem trabalha na área de engenharia é homem, o que reflete na composição da chefia”, explicou.

A pouca participação de mulheres em cargos de chefia é uma realidade em diversos espaços. De acordo com informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), enquanto 51% dos postos iniciais de trabalho no setor público no Brasil são ocupados por mulheres, apenas 13% dos postos de chefia têm a presença feminina. Essa diferença também pode ser observada em estruturas de poder, como nas Secretarias de Estado. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada ao Governo Federal, revelou que das 528 Secretarias Estaduais, apenas 87 (16,48%) têm uma mulher no comando, enquanto 441 (83,52%) são chefiadas por homens. O estudo também revela que a maioria das secretárias ocupa pastas ligadas a Políticas Sociais (73,56%) o que, segundo a Secretaria para as Mulheres, demonstra uma tendência de se delegar às mulheres pastas relacionadas ao cuidado e à extensão da vida doméstica.

Mesmo com indicadores de escolaridade superiores aos apresentados pelo sexo masculino, as mulheres ganham salários 27,7% inferiores aos dos homens. A diferença é ainda mais acentuada entre trabalhadores com maior escolaridade. É o que constatou uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em março de 2010.

Pioneira

Ela foi a única mulher selecionada no grupo de 22 homens e 9 mulheres que realizaram o curso preparatório para preenchimento do quadro de eletricitistas da Escelsa, no final de 2009. Durante um rigoroso processo seletivo, Maria de Fátima Nascimento Macedo, 31 anos, ficou entre as 10 pessoas selecionadas para atuar como eletricitista. A novidade foi que, além de ter sido a única mulher do curso a ingressar na empresa, foi a primeira a assumir essa função na Escelsa. Ela foi admitida em fevereiro deste ano.

“Sou técnica de medição. Atuo na inspeção de áreas de alta e baixa tensão, na manutenção de medidores e na construção da rede elétrica. Se precisar dirigir o caminhão, também faço. Trabalho subindo no poste, que é aquele serviço que as pessoas mais vêem na rua”, explicou Maria de Fátima.

Nos primeiros meses de trabalho, Maria de Fátima se sentiu bastante desconfortável, pois o ambiente era exclusivamente masculino. “Me senti um pouco deslocada, pois eu era a única mulher naquela função”, relatou. Ela também afirmou que os homens ficaram bastante desconfortáveis com a sua presença. “Com uma mulher no mesmo espaço, eles

não poderiam mais conversar certos assuntos que falaria num ambiente onde só havia homens”, explicou Maria de Fátima.

Além do desconforto inicial, a eletricitista tem sofrido muitos preconceitos, pois não são todos os colegas de trabalho que a ajudam e apóiam. “Alguns me tratam de igual pra igual, outros me dizem que esse não é trabalho para mulher e têm aqueles que querem proteger, que me acham frágil”, disse.

De acordo com ela, o interesse pela área técnica surgiu do trabalho de ajudante que realizava na oficina mecânica de seu irmão. Como achou a atividade interessante, resolveu investir na área. Fez o curso de Eletrotécnica, que foi concluído em 2008 e decidiu encarar o curso da Escelsa, o COMAN. O fato de exercer uma atividade pesada, entretanto, não a deixa menos feminina. “Adoro me cuidar”, disse Maria de Fátima.

Apesar de todas as dificuldades, ela afirma que se sente realizada.

“Esse é o trabalho que me deixa feliz. Não posso dizer que é o melhor para qualquer mulher, mas é o que me deixa realizada. Esse deve ser o critério de escolha de qualquer profissão”, afirmou.



Foto: Derkian Mendes

Ingresso da primeira mulher na Escola Técnica aconteceu no final da década de 1960

Embora o Mestre em História Social das Relações Políticas e professor do Ifes-ES, José Candido Rifan Sueth, afirme que nunca houve uma proibição expressa para as mulheres ingressarem no Instituto Federal do Espírito Santo (antiga Escola Técnica), só em 1969, 60 anos após a criação da Escola, uma estudante de sexo feminino foi aprovada para estudar em um curso técnico da instituição. “A grande proibição da época era a questão social. O mercado de trabalho não abria espaço para profissionais técnicas femininas, logo as próprias mulheres não procuravam os nossos cursos.”, afirma o professor.

Ele destaca que a procura feminina começa a aparecer em 1942, mas só se torna significativa a partir do final da década de 60, quando, curiosamente, são extintos os dormi-

tórios masculinos e o Instituto para de funcionar como uma espécie de internato. “Essa fase coincide com a inserção das mulheres nos cursos técnicos e também foi o momento em que a Escola passa a oferecer os cursos como eles acontecem hoje. Antes disso, as meninas não vinham pra cá”, diz.

Ainda de acordo com o professor José Candido, a aprovação da primeira mulher na Escola Técnica foi um fato tão grandioso que mereceu um registro na Ata do Conselho de Representantes da Escola, em 4 de dezembro 1969: “O Senhor Diretor [Zenaldo Rosa da Silva] informou ao Conselho o número de aprovações nos exames de seleção realizados nesta Escola, para os cursos ginasiais e técnicos, tendo como novidade a classificação de uma senhorita para o Curso Técnico de Edificações”.

O enxerto retirado do livro “A Trajetória de 100 anos dos Eternos Titãs”, que fala sobre os cem anos do IFES, e de cujo José Cândido é um dos escritores, chama atenção do professor por outro motivo. O de que a presença feminina, que naquele momento começava a tornar-se habitual, tenha começado pelo ramo das edificações. “Naquela época, o curso de edificações tinha mais a ver com o espaço de trabalho que era permitido para as mulheres, já que a atividade se assemelha à da arquitetura. No curso de mecânica, por exemplo, ainda não tinha muita abertura para as mulheres”, explica.

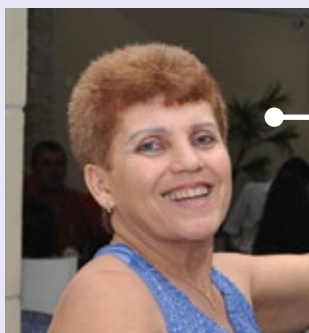
De acordo com o livro, somente em 1972 foram inaugurados banheiros e vestiários femininos, possibilitando real acesso das mulheres à instituição. Até o início da década de 80, a rigidez disciplinar era tão grande que as mulheres só podiam colocar enfeites de cor preta no cabelo, não sendo permitida outra cor. No decorrer dos anos, as mulheres entraram de vez para o cotidiano do IFES. Se em 1988, totalizavam 27% dos estudantes de ensino técnico, em 2008 a presença feminina nos cursos técnicos e pós-technicos aumentou para 36,5%. Para José Cândido, a tendência é que esse número só venha a crescer. “No espaço de trabalho a presença das mulheres já é maior do que a dos homens. Aqui não vai ser diferente. Elas são tão capazes como os homens e enfrentam o mesmo processo seletivo, se esforçam tanto quanto eles para estarem aqui”, finaliza



Estudante em aula no Laboratório de Química do Ifes

Diretoras do Sintec-ES contam suas trajetórias políticas

A atual diretoria do Sintec-ES (2010-2014), eleita em julho deste ano, conta com apenas 2 mulheres na sua composição. Dirlene de Paula Reis, diretora de Comunicação e Imprensa, e Aivete Taquette, integrante do Conselho de Delegados Regionais, relataram os motivos para a baixa participação feminina no sindicato, e também contaram um pouco de suas trajetórias políticas.



Dirlene de Paula Reis

“Sempre gostei de desenhar. Fiz o curso Técnico em Edificações na antiga ETFES. Excelente curso! Já no mercado de trabalho, sempre participei das paralisações da empresa (Oi), de encontros, inclusive do congresso para mulheres, e fiscalizava as eleições. Nunca fui a favor da injustiça. Atuei e atuo na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Em tantos anos de carreira, vi que os técnicos estavam sendo desvalorizados no mercado de trabalho e achei que precisava colaborar mais na tomada de decisões para o desenvolvimento e reconhecimento da categoria. Foi então que passei a participar mais ativamente das atividades do sindicato, até receber o convite e poder fazer parte da diretoria. É muito bom participar, pois um assunto visto em grupo nos permite visualizar melhor as opiniões e nos abre a mente.

Como mulher, no entanto, é muito difícil conciliar trabalho, sindicato, casa e família. A mulher sindicalista não tem apenas dupla jornada, pois participa também de reuniões à noite e aos sábados, o que dificulta que mais mulheres assumam esse papel. É diferente para os homens, que geralmente não realizam serviços domésticos quando chegam em casa após as atividades sindicais”.



Aivete Taquette

“Quando passei na Escola Técnica Federal do ES para um dos cursos mais disputados da época, o de Eletrotécnica, ouvi gracinhas de alguns meninos que não alcançaram nota para aprovação no curso. Foi quando comecei a sentir que teria que ser firme para ocupar meu lugar nessa área. Havia poucas meninas na sala de aula e acredito que tenha sido a primeira turma com mulheres estudando Eletrotécnica. Apesar disso, sempre tive bom relacionamento com os colegas de classe e isso me ajudou bastante. Sabendo das possíveis dificuldades de ingressar numa profissão considerada masculina e já estando com idade para começar a trabalhar, fiz vários concursos em empresas que ofereciam condições de aproveitar meus conhecimentos e fui admitida, como técnica em Telecomunicações, na antiga TELEST, em 1975.

É claro que com a evolução tecnológica a mulher tem mais facilidade de ingressar no mercado de trabalho. Mas existe ainda o domínio do sexo masculino nas relações de poder, o que faz com que persistam os salários mais altos na ocupação técnica masculina e também o poder de comando por eles exercido. É comum ver mulheres com muita competência serem excluídas de cargos de gerência apenas por serem do sexo feminino. Mas de uma forma geral, nota-se a presença da mulher em muitos setores que antigamente eram de exclusividade dos homens.

Considero ainda tímida a participação das mulheres no sindicato. Com a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, é necessária uma atuação mais presente das mulheres nas reivindicações dos direitos para que haja novas conquistas”.

Diretoras do Sintec-ES

Tânia Mara Vieira da Costa

Técnica em Agrimensura
(1989 a 1992) - Titular do Conselho Fiscal

Rosimara Pimentel

Técnica em Edificações
(1995 a 1998) - Suplente da Diretoria Administrativa

Aivete Taquette

Técnica em Eletrotécnica
(2001 até hoje)
Quadriênio 2010-2014
Titular do Conselho de Delegados Regionais

Dirlene de Paula Reis

Técnica em Edificações
(2005 até hoje)
Quadriênio 2010-2014
Secretária de Imprensa e Comunicação

Mulheres que fizeram história

Zacimba Gaba: Foi uma princesa africana trazida para São Mateus para ser escravizada. Para se livrar dos abusos do senhor de engenho, ela colocava gotas de veneno em sua comida, o que provocou a morte dele. Após esse fato, ela libertou todos os demais negros escravizados e criou um dos maiores quilombos do norte do ES.

Cora Coralina, poetisa: Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889—1985) era uma mulher simples, doceira de profissão, tendo vivido longe dos grandes centros urbanos, alheia a modismos literários, produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás.



Cora Coralina

Patrícia Galvão (Pagu) (1910-1962). Jornalista, escritora e ativista política. Participou do movimento modernista e antropofágico, ao lado de Oswald de Andrade. Foi do Partido Comunista Brasileiro. Escreveu o romance Parque Industrial, criticando a sociedade paulistana, abordando a condição dos trabalhadores e trazendo uma nova visão da mulher. Feminista, compromissada com a produção cultural, impulsionou diversos grupos de teatro amador e

estudantil, assumindo a direção da União do Teatro Amador de Santos, antes dirigida apenas por homens.



Pagu
Patrícia Galvão

Margarida Maria Alves (1933-1983). Trabalhadora rural e sindicalista, nasceu na Paraíba. Destacou-se na luta dos trabalhadores rurais do brejo paraibano por direitos trabalhistas, como o registro em carteira, jornada de oito horas, 13o. salário, férias, repouso remunerado. Teve participação importante na criação e fortalecimento dos sindicatos rurais e foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

Joana d’Arc, heroína: A combatente francesa (1412-1431) assumiu o comando do exército real em várias batalhas durante o reinado de Carlos VII. O papa Bento XV nomeou-a santa em 1920. Morreu na fogueira por heresia.

Teresa de Calcutá, missionária: Gonxha Agnes (1910-1997) fundou a congregação Missionárias da Caridade para ajudar aos pobres. Dois anos após sua morte, João Paulo II abriu a causa de sua canonização. Recebeu o Nobel da Paz em 1979.

Rosa Luxemburgo (1871-1919). Revolucionária e teórica marxista alemã de origem polonesa. Fundadora

dos Partidos Comunistas da Polônia e da Alemanha. No começo da I Guerra Mundial (1914-1918), declara-se contra o conflito e funda a Liga Spartacus, organização antimilitarista e revolucionária que é o embrião do Partido Comunista Alemão.

Evita Peron, política: Marcada por uma infância no campo e filha não reconhecida, Eva (1919-1952) trabalhou como atriz, modelo e locutora e se casou com o presidente argentino Peron. Lutou pelos direitos dos trabalhadores e da mulher.

Leila Diniz, atriz: Leila Roque Diniz (1945—1972), conhecida como a “Mulher de Ipanema”, defensora do amor livre e do prazer sexual é sempre lembrada como símbolo da revolução feminina, que rompeu conceitos e tabus por meio de suas idéias e atitudes. Morreu num acidente aéreo aos 27 anos, no auge da fama, quando voltava de uma viagem feita para a Austrália. Sua amiga, a atriz Marieta Severo e o compositor e cantor Chico Buarque de Hollanda criaram a filha de Leila.

Frida Kahlo, artista (1907-1954), pintora mexicana que realizou principalmente auto-retratos, nos quais utilizava uma fantasia e estilo inspirados na arte popular do seu país. Aos 16 anos, enquanto estudante, teve um grave acidente que a levou a começar a pintar durante a recuperação.



Frida Kahlo



MÚTUA-ES
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

MÚTUA-ES

COMPARTILHANDO OS MELHORES
BENEFÍCIOS, SERVIÇOS E CONVÊNIOS
COM OS PROFISSIONAIS DO CREA

SAIBA MAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Apoio Flex | Ajuda Mútua | Auxílio Empreendedor |
Aquisição de Veículos | Crédito Agrícola | Construa Já |
Educatec | Equipa Bem | Família Maior | Férias Mais | Garante
Saúde | Benefício Emergencial | Tecnoprev | Saúde Mútua

ASSOCIE-SE!

0800 61 0003

(27) **3325 3166**

3324 3545

www.mutua-es.com.br

Lei nº 5.524/68 e Decreto 90.922/85

LEI Nº 5.524, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

Art. 1º - É livre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, observadas as condições de capacidade estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art. 3º - O exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio é privativo de quem:

I - haja concluído um dos cursos do segundo ciclo de ensino técnico industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 4.024, de 20 DEZ 1961;

II - após curso regular e válido para o exercício da profissão, tenha sido diplomado por escola ou instituto técnico industrial estrangeiro e revalidado seu diploma no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III - sem os cursos e a formação atrás referidos, conte, na data da promulgação desta Lei, 5 (cinco) anos de atividade integrada no campo da técnica industrial de nível médio e tenha habilitação reconhecida por órgão competente.

Art. 4º - Os cargos de Técnico Industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo poder público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá expedição de regulamentos, para execução da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei será aplicável, no que couber, aos técnicos agrícolas de nível médio.

Art. 7º - A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

A. DA COSTA E SILVA - Presidente da República

Publicada no D.O.U. de 06 NOV 1968 - Seção I - Pág. 9.689.

DECRETO Nº 90.922, DE 6 FEV 1985

Regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau."

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, DECRETA:

Art. 1º - Para efeito do disposto neste Decreto, entendem-se por técnico industrial e técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, os habilitados nos termos das Leis nºs 4.024, de 20 DEZ 1961, 5.692, de 11 AGO 1971, e 7.044, de 18 OUT 1982.

Art. 2º - É assegurado o exercício da profissão de técnico de 2º grau de que trata o artigo anterior, a quem: I - tenha concluído um dos cursos técnicos industriais e agrícolas de 2º grau, e tenha sido diplomado por escola autorizada ou reconhecida, regularmente constituída, nos termos das Leis nºs 4.024, de 20 DEZ 1961, 5.692, de 11 AGO 1971, e 7.044, de 19 OUT 1982;

II - seja portador de diploma de habilitação específica, expedido por instituição de ensino estrangeira, revalidado na forma da legislação pertinente em vigor;

III - sem habilitação específica, conte na data da promulgação da Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, 5 (cinco) anos de atividade como técnico de 2º grau.

Parágrafo único - A prova da situação referida no inciso III será feita por qualquer meio em direito permitido, seja por alvará municipal, pagamento de impostos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou comprovante de recolhimento de contribuições previdenciárias.

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art. 4º - As atribuições dos técnicos industriais de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e de sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - executar e conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes de execução de instalações, montagens, operação, reparos ou manutenção;

II - prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

- 1) coleta de dados de natureza técnica;
 - 2) desenho de detalhes e da representação gráfica de cálculos;
 - 3) elaboração de orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão-de-obra;
 - 4) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;
 - 5) aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
 - 6) execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;
 - 7) regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos.
- III - executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;
- VI - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino.

§ 1º - Os técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir edificações de até 80m2 de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 2º - Os técnicos em Eletrotécnica poderão projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 Kva, bem como exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 3º - Os técnicos em Agrimensura terão as atribuições para a medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos, funcionar como perito em

vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura e exercer atividade de desenhista de sua especialidade.

Art. 5º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

- I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;
- II - atuar em atividades de extensão, associativismo e em apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;
- III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;
- IV - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;
- V - elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

- 1) coleta de dados de natureza técnica;
- 2) desenho de detalhes de construções rurais;
- 3) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra;
- 4) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;
- 5) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;
- 6) assistência técnica na aplicação de produtos especializados;
- 7) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
- 8) administração de propriedades rurais;
- 9) colaboração nos procedimentos de multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

VIII - elaborar relatórios e pareceres técnicos, circunscritos ao âmbito de sua habilitação;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

X - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos em materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

XI - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

XII - prestar assistência técnica na comercialização e armazenamento de produtos agropecuários;

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XIV - prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;

XV - conduzir equipe de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XVII - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º - Os técnicos em Agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a 1.500 MVR.

§ 2º - Os técnicos agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais.

Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art. 8º - As denominações de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, são reservadas aos profissionais legalmente habilitados e registrados na forma deste Decreto.

Art. 9º - O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 10 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividade além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar, considerados, em cada caso, os conteúdos das disciplinas que contribuem para sua formação profissional.

Art. 11 - As qualificações de técnicos industrial ou agrícola de 2º grau só poderão ser acrescentadas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais possuidores de tais títulos.

Art. 12 - Nos trabalhos executados pelos técnicos de 2º grau de que trata este Decreto, é obrigatória, além da assinatura, a menção explícita do título profissional e do número da carteira referida no Art. 15 e do Conselho Regional que a expediu.

Parágrafo único - Em se tratando de obras, é obrigatória a manutenção de placa visível ao público, escrita em letras de forma, com nomes, títulos, números das carteiras e do CREA que a expediu, dos autores e co-autores responsáveis pelo projeto e pela execução.

Art. 13 - A fiscalização do exercício das profissões de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau será exercida pelos respectivos Conselhos Profissionais.

Art. 14 - Os profissionais de que trata este Decreto só poderão exercer a profissão após o registro nos respectivos Conselhos Profissionais da jurisdição de exercício de sua atividade.

Art. 15 - Ao profissional registrado no Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional será expedida Carteira Profissional de Técnico, conforme modelo aprovado pelo respectivo Órgão, a qual substituirá o diploma, valendo como documento de identidade e terá fé pública.

Parágrafo único - A Carteira Profissional de Técnico conterà, obrigatoriamente, o número do registro e a habilitação profissional de seu portador.

Art. 16 - Os técnicos de 2º grau cujos diplomas estejam em fase de registro poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Profissional, por um ano, prorrogável por mais um ano, a critério do mesmo Conselho.

Art. 17 - O profissional, firma ou organização registrados em qualquer Conselho Profissional, quando exercerm atividades em outra região diferente daquela em que se encontram registrados, obrigam-se ao visto do registro na nova região.

Parágrafo único - No caso em que a atividade exceda a 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, sua agência, filial, sucursal ou escritório de obras e serviços, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art. 18 - O exercício da profissão de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau é regulado pela Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, e, no que couber, pelas disposições das Leis nºs 5.194, de 24 DEZ 1966, e 6.994, de 26 MAIO 1982.

Art. 19 - O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução deste Decreto.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 FEV 1985; 164º da Independência e 97º da República.

João Figueiredo

Murilo Macêdo

Publicado no D.O.U. DE 07 FEV 1985 - Seção I - Pág. 2.194.

Visão De Futuro



Respeito, Trabalho, Confiança
e Desenvolvimento

50
anos
CREA-ES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

PLANO DE PREVIDÊNCIA

Plano fechado de previdência complementar da Mútua, administrado pela BB Previdência. O TecnoPrev é flexível, com contribuição mínima de R\$50 e taxa de administração anual de, no máximo, 0,5%.

SIMULAÇÃO

Dados pessoais

Idade atual	25
Idade aposentadoria	60
Contribuição mensal	R\$ 100,00
Rentabilidade (%a.a)	12%a.a
Saldo	R\$ 529.526,06

Valor estimado do benefício

Por tempo indeterminado	R\$ 3.773,29
Por 10 anos	R\$ 7.410,57
Por 15 anos	R\$ 6.147,73
Por 20 anos	R\$ 5.605,69
Por 25 anos	R\$ 5.338,60
Por 30 anos	R\$ 5.198,06
Por 35 anos	R\$ 5.121,56

Garanta seu futuro e o de sua família com o
TECNOPREV



MUTUA-ES
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

0800 61 0003

3325 3166

(27)

3324 3545

www.mutua-es.com.br

 **BB PREVIDÊNCIA**